



Presidência do Conselho de Ministros  
*Secretaria-Geral*



## **DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO**

- Atos publicados na I e II Série -

### **NEWSLETTER DIGESTO Nº 05/2014**

**Disponibilização: 10 de março de 2014**

**Período abrangido: 24 de fevereiro a 08 de março de 2014**

#### **ÍNDICE TEMÁTICO**

- 1. ADMINISTRAÇÃO ELECTRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**
- 2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**
- 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
- 4. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**
- 5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**
  - **AGRICULTURA**
  - **PESCAS**
- 6. COMUNICAÇÃO SOCIAL**
- 7. CONSUMIDORES**
- 8. EDUCAÇÃO**
- 9. ENERGIA**
- 10. ENTIDADES REGULADORAS**
- 11. FINANÇAS**
  - **VALORES MOBILIÁRIOS**
  - **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**
- 12. IGUALDADE DE GÉNERO**
- 13. JUSTIÇA**
- 14. REGIÕES AUTÓNOMAS**
  - **MADEIRA**



Presidência do Conselho de Ministros  
*Secretaria-Geral*



**15. SAÚDE**

**16. SEGURANÇA SOCIAL**

**17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- **COMUNICAÇÕES**
- **SEGURANÇA MARÍTIMA**
- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**



## **1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

### **Portaria n.º 55/2014, de 06 de março** **(Ministério da Administração Interna)**

Regulamenta a desmaterialização dos procedimentos inerentes ao policiamento de espetáculos desportivos, definindo os requisitos, as condições e as regras de funcionamento e de utilização da plataforma informática de requisição de policiamento de espetáculos desportivos.

## **2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2014, de 05 de março** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Cria o Conselho de Concertação Territorial.

## **3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro** **(Ministério das Finanças)**

Regulamenta os termos e a tramitação do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.

### **Portaria n.º 53/2014, de 03 de março** **(Ministério das Finanças)**

Regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública.

### **Lei n.º 11/2014, de 06 de março** **(Assembleia da República)**

Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.



## **4. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2014, de 05 de março** **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Cria o Conselho de Concertação Territorial.

## **5. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

- **AGRICULTURA**

### **Portaria n.º 52/2014, de 28 de fevereiro** **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 42/2012, de 10 de fevereiro, que estabelece as condições de aplicação da medida de apoio à contratualização do seguro vitícola de colheitas.

### **Decreto-Lei n.º 34/2014, de 05 de março** **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Transpõe a Diretiva de Execução n.º 2013/45/EU, da Comissão, de 7 de agosto de 2013, que altera as Diretivas n.os 2002/55/CE e 2008/72/CE do Conselho e a Diretiva n.º 2009/145/CE da Comissão, no que diz respeito à designação botânica de tomate, procedendo à alteração do Decreto-Lei 329/2007, de 8 de outubro, do Decreto-Lei n.º 257/2009, de 24 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 88/2010, de 20 de Julho.

- **PESCAS**

### **Portaria n.º 58/2014. D.R. n.º 47, de 07 de março** **(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Designa os portos para as descargas ou transbordos de espécies capturadas nas águas da União ou em áreas geridas por Organizações Regionais de Pesca.



## **6. COMUNICAÇÃO SOCIAL**

### **Despacho n.º 3112/2014, de 25 de fevereiro**

**(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional)**

Aprova o regulamento de atribuição do Incentivo à Consolidação e ao Desenvolvimento das Empresas de Comunicação Social Regional e Local para o ano de 2014.

## **7. CONSUMIDORES**

### **Lei n.º 12/2014, de 06 de março**

**(Assembleia da República)**

Procede à segunda alteração ao Decreto – Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, modificando os regimes de faturação e contraordenacional.

## **8. EDUCAÇÃO**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2014, de 24 de fevereiro**

**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Cria as agências nacionais para a gestão do Programa Erasmus+ em Portugal.

### **Deliberação n.º 598/2014, de 28 de fevereiro**

**(Ministério da Educação e Ciência - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)**

Fixa os pré-requisitos para a candidatura de 2014-2015.

### **Despacho n.º 3597-A/2014, de 06 de março**

**(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário)**

Estabelece o calendário de exames finais para o ano escolar de 2013-2014.



**Portaria n.º 59/2014, de 07 de março**  
**(Ministério da Educação e Ciência)**

Fixa os termos da gestão flexível do currículo, no âmbito da autonomia pedagógica das escolas particulares e cooperativas a que se refere o artigo 37.º do Decreto – Lei n.º 152/2013, de 4 de Novembro.

## **9. ENERGIA**

**Decreto-Lei n.º 32/2014, de 28 de fevereiro**  
**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia)**

Estabelece disposições tendentes a assegurar adequadas condições de estabilidade tarifária no período inicial de implementação das medidas necessárias a garantir a sustentabilidade do Sistema Elétrico Nacional, procedendo ao diferimento, a título excecional, do ajustamento anual do montante da compensação referente a 2012 devido pela cessação antecipada dos contratos de aquisição de energia.

## **10. ENTIDADES REGULADORAS**

**Lei n.º 10/2014, de 06 de março**  
**(Assembleia da República)**

Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

## **11. FINANÇAS**

- **VALORES MOBILIÁRIOS**

**Decreto-Lei n.º 29/2014, de 25 de fevereiro**  
**(Ministério das Finanças)**

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 69/2004, de 25 de março, que regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial.



## • **QUESTÕES ORÇAMENTAIS**

### **Declaração de Retificação n.º 11/2014, de 24 de fevereiro**

#### **(Assembleia da República)**

Declara a retificação à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, sobre «Orçamento do Estado para 2014».

## **12. IGUALDADE DE GÉNERO**

### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 07 de março**

#### **(Presidência do Conselho de Ministros)**

Adota medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens.

## **13. JUSTIÇA**

### **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 1/2014, de 25 de fevereiro**

#### **(Supremo Tribunal de Justiça)**

Transitada em julgado a sentença que declara a insolvência, fica impossibilitada de alcançar o seu efeito útil normal a acção declarativa proposta pelo credor contra o devedor, destinada a obter o reconhecimento do crédito petitionado, pelo que cumpre decretar a extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, nos termos da alínea e) do art. 287.º do C.P.C.

### **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 176/2014, de 04 de março**

#### **(Tribunal Constitucional)**

Tem por não verificada a constitucionalidade e a legalidade do referendo proposto na Resolução da Assembleia da República n.º 6-A/2014, de 20 de janeiro, sobre a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto.

### **Despacho n.º 3571/2014, de 06 de março**

#### **(Ministério da Justiça - Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.)**

Regulamentação dos requisitos formais dos requerimentos e dos documentos de instrução dos pedidos de concessão de direitos de propriedade industrial.



## **14. REGIÕES AUTÓNOMAS**

- **MADEIRA**

**Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2014/M, de 03 de março**  
**(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)**

Procede à classificação das Zonas de Proteção Especial da Região Autónoma da Madeira.

**Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 96/2014, de 06 de março**  
**(Tribunal Constitucional)**

Não toma conhecimento, por ilegitimidade dos requerentes, do pedido de declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/M; declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do mesmo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/M (que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios).

## **15. SAÚDE**

**Decreto-Lei n.º 30/2014, de 25 de fevereiro**  
**(Ministério da Saúde)**

Procede à extinção do Centro Psiquiátrico de Recuperação de Montachique, criado pelo Decreto-Lei n.º 143/72, de 3 de Maio.

**Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 96/2014, de 06 de março**  
**(Tribunal Constitucional)**

Não toma conhecimento, por ilegitimidade dos requerentes, do pedido de declaração de inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/M; declara a ilegalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do mesmo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2012/M (que regula o acesso às prestações do Serviço Nacional de Saúde por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios).

## **16. SEGURANÇA SOCIAL**

**Decreto-Lei n.º 33/2014, de 04 de março**  
**(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)**

Procede à segunda alteração ao Decreto Lei n.º 64/2007, de 14 de março, que define o regime jurídico de instalação, funcionamento e fiscalização dos estabelecimentos de apoio social geridos por entidades privadas, estabelecendo o respetivo regime contraordenacional.





**Lei n.º 11/2014, de 06 de março**  
**(Assembleia da República)**

Estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, e à alteração do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e revogando normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço para efeitos de aposentação no âmbito da Caixa Geral de Aposentações.

## **17. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**

- **COMUNICAÇÕES**

**Despacho n.º 3245/2014, de 27 de fevereiro**  
**(Ministério da Agricultura e do Mar - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.)**

Aprova as normas e as práticas recomendadas para a prestação de serviços meteorológicos à aviação civil internacional em território nacional.

**Decreto-Lei n.º 35/2014, de 07 de março**  
**(Ministério da Economia)**

Revoga o Decreto-Lei n.º 31/2003, de 17 de fevereiro, que altera e substitui as bases da concessão do serviço público de telecomunicações.

- **SEGURANÇA MARÍTIMA**

**Despacho n.º 3031/2014, de 24 de fevereiro**  
**(Ministério da Defesa Nacional - Autoridade Marítima Nacional - Direção-Geral da Autoridade Marítima)**

Procede à publicitação do valor da taxa devida pela inscrição no curso de nadador-salvador para 2014.



Presidência do Conselho de Ministros  
*Secretaria-Geral*



- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

**Portaria n.º 159/2014, de 24 de fevereiro**

**(Ministérios das Finanças e da Administração Interna - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Administração Interna)**

Autoriza a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária a celebrar contrato de aquisição de serviços de manutenção do Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCOT), do Portal de Contraordenações, do atual e futuro Sistema de Informação e Gestão de Autos (SIGA) e do Sistema de Registo de Infrações do Condutor (SRIC).

**Portaria n.º 56/2014, de 06 de março**

**(Ministério da Economia)**

Altera o Regulamento do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto n.º 39987, de 22 de dezembro de 1954.